

Público

13-03-2018

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 2284 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 12/13

12 • Público • Terça-feira, 13 de Março de 2018

SOCIEDADE

Maioria dos candidatos à liderança dos juizes critica o pacto da Justiça

Resultado de eleições para a associação sindical da magistratura judicial será conhecido no sábado. Há quem se mostre decepcionado com o resultado do acordo feito a pedido de Marcelo e quem pense que uma organização deste tipo nem sequer se deveria ter pronunciado sobre certas matérias

Justiça
Ana Henriques

Apenas um dos três candidatos à liderança da Associação Sindical dos Juizes Portugueses se revê, e não por completo, no pacto que esta organização firmou para a justiça com outros protagonistas do sector, a pedido do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Com maior veemência ou palavras mais cautelosas, os três candidatos assumem posições que vão desde a mera indiferença até à crítica frontal. E que chocam com o empenho que pôs no acordo a direcção sindical que cessa funções no mês que vem, que durante ano e meio liderou as negociações com procuradores, advogados e outros profissionais do sector. O documento contém 89 medidas e está prestes a ser discutido na Assembleia da República, não tendo sido possível chegar a consenso em matérias delicadas como a delação premiada ou o enriquecimento ilícito.

A primeira proposta do pacto consiste na fusão dos tribunais comuns com os tribunais que julgam as matérias administrativas e fiscais, e que funcionam à parte, num regime próprio e com estruturas autónomas. "Há 20 ou 30 anos que esta medida deixou de ter sentido", observa a juíza Patrícia Costa, que encabeça uma das listas que concorrem à direcção da associação sindical, naquilo que é uma crítica comum aos outros dois candidatos.

A ex-presidente da comarca de Leiria diz que a maioria dos juizes dos tribunais administrativos e fiscais que contactou durante a campanha não se revê nesta ideia. "Muitas das medidas do pacto não foram discutidas entre a classe dos juizes antes de serem 'pactuadas'", lamenta a magistrada, que mostra desconfiança em relação à executabilidade e à vantagem de propostas como a dos juizes itinerantes, segundo a

qual os magistrados das áreas laborais e de família e menores deverão passar a deslocar-se regularmente até às secções de proximidade dos tribunais, que são uma espécie de balcões de atendimento situados em localidades mais afastadas das capitais de distrito, para que ali realizem julgamentos. "É necessário acautelar os meios humanos e materiais necessários para essa forma de realização próxima desta justiça especializada. Com atenção à dotação de quadros humanos, prevendo a existência de transporte apropriado para o tribunal e/ou compensando os custos inerentes" à deslocação, pode ler-se no pacto.

Greve só em "último recurso"

Habituada a todo o tipo de carências nos tribunais durante o ano e meio que esteve à frente da sua comarca, de funcionários judiciais a simples impressoras, Patrícia Costa teme

Com maior veemência ou palavras mais cautelosas, os três candidatos assumem posições que vão desde a mera indiferença até à crítica frontal do pacto

que os tais meios nunca surjam. As horas que os magistrados vão perder nas deslocações serão roubadas ao tempo de trabalho, antevê.

Quanto à delação premiada ou ao enriquecimento ilícito, pensa que a associação sindical nem sequer se devia ter pronunciado sobre estas matérias, por serem, acima de tudo, opções políticas. E não descarta a possibilidade de os juizes enveredarem por uma greve, como já amea-

çaram fazer no Verão passado. "Mas deve ser usada como último recurso, sobretudo se estiver em causa a independência do poder judicial".

Membro do Fórum Permanente Justiça Independente, uma das duas tendências do mundo associativo dos juizes, Patrícia Costa nega representar uma linha mais conservadora da magistratura, fazendo notar que a sua lista conta também com membros da tendência tida como mais progressista.

A independência é um dos conceitos mais caros à classe, como se pode confirmar nos programas eleitorais dos três candidatos. Mas aquilo por que os juizes clamam não se relaciona com pressões externas sobre se devem condenar Fulano ou absolver Sicrano, e sim com aquilo que vêem como ingerências nos seus poderes por parte quer do órgão de disciplina da classe, o Conselho Superior da Magistratura, quer dos juizes que dirigem as comarcas judiciais desde 2014. A recente decisão do conselho de suspender um juiz que insistiu em mandar os funcionários do tribunal imprimir todos os documentos que compunham determinado processo que tinha em mãos suscitou indignação e há mesmo quem aponte esta decisão como um exemplo de ingerência indevida.

"Repudiamos frontalmente uma cega desmaterialização dos processos, com proporções de obrigatoriedade e relevância disciplinar injustificável", refere o programa eleitoral da segunda candidata, Adelina Barradas de Oliveira. Representante de uma tendência intitulada Movimento Justiça e Democracia, a juíza é bem menos crítica do pacto para a justiça que os seus dois adversários, realçando como aspectos claramente positivos a redução de custos nos tribunais ou a criação de uma especialidade de família e menores nos tribunais superiores. Mas a fusão dos tribunais administrativos e fiscais com os de jurisdição comum



Actual presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Manuel

também não a convence. "Para este pacto não foi ouvido quem está no terreno", resume.

Embora entenda ser urgente uma revisão dos vencimentos dos juizes, tal como de resto defendem também os seus rivais, a magistrada considera prioritário que a classe se bata por melhores condições de trabalho. "Avançar para uma greve agora? Não me parece", responde, numa altura em que as negociações do novo estatuto profissional parecem ter estagnado por razões desconhecidas. No Verão passado os juizes ameaçaram fazer greve à

validação das listas eleitorais das autárquicas, mas depois desistiram. "Um poder de Estado não faz greve a um acto eleitoral", observa Adeline Barradas de Oliveira.

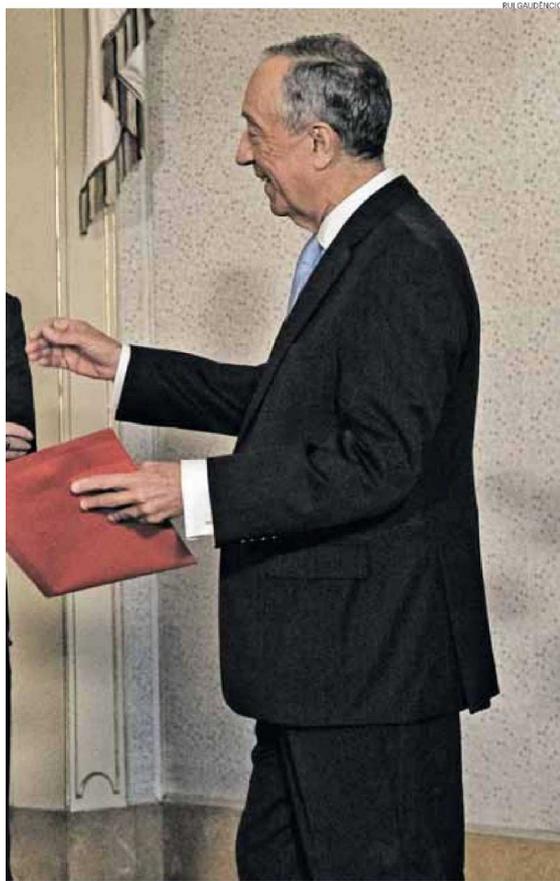
Pacto é "decepcionante"

O único homem nesta corrida, Manuel Ramos Soares, tem experiência nestas lides, ou não tivesse sido secretário-geral da associação sindical durante seis anos, até 2012. No Verão de 2017 votou a favor de levar por diante o boicote eleitoral, defendendo o aumento dos ordenados líquidos de todos os juizes sem



Um candidato concordou com a greve no ano passado, outra opõe-se e a terceira candidata só a admite como último recurso

Os três candidatos à presidência da associação



Paupério, entregou o Pacto da Justiça a Marcelo em Janeiro

exceção. Não pertence a nenhuma das duas tendências associativas e mostra-se descrente do pacto para a justiça. “Se se espremer aquilo, só meia dúzia de medidas tem interesse”, avalia. “O essencial, como evitar a funcionalização dos tribunais, não está lá. É decepcionante.” Foi o primeiro candidato a avançar e critica os políticos que “não gostam do Estado de direito quando ele lhes bate à porta”. A equipa de que fez parte durante seis anos teve duras batalhas com o então primeiro-ministro José Sócrates. No que concerne aos problemas de lentidão

da justiça, o candidato afina pelo mesmo diapasão dos seus pares: “A rapidez é mais susceptível de potenciar o erro.” No próximo dia 20 de Janeiro uma delegação da Associação Sindical de Juizes Portugueses irá à comissão parlamentar de direitos, liberdades e garantias falar do pacto. Integrará tanto os dirigentes prestes a cessar funções como os que ganharem as eleições do próximo sábado. O que dirão aos deputados estes últimos dependerá de quem vencer a disputa.

abhenriques@publico.pt



Patrícia Costa

Idade 46 anos
Percorso profissional Antes de ficar à frente da comarca judicial de Leiria, Patrícia Costa pertenceu ao Conselho Superior da Magistratura. Sempre exerceu na região de Leiria, mas neste momento está em exclusividade no Centro de Estudos Judiciários. Chegou a trabalhar no caso *Passerelle*.

Hobbies Ler, ver televisão, ouvir música e ir ao cinema
Programa eleitoral
 • Estudo da possibilidade de transpor os regimes das profissões reconhecidas como de desgaste rápido para a judicatura

- Redução do volume de serviço a partir dos 60 anos
- Melhoria das condições materiais de trabalho (gabinetes, equipamento informático e apoio logístico das secções dos tribunais)
- Dar particular atenção aos juizes que não estão em condições de usar as tecnologias de informação, que não podem ser um entrave aos poderes do juiz
- Avaliação dos magistrados não deve ser baseada apenas em critérios quantitativos



Adelina Barradas de Oliveira

Idade 59 anos
Percorso profissional Colocada no Tribunal da Relação de Lisboa, já percorreu todo o país em trabalho, à excepção das ilhas, tendo trabalhado em áreas muito diferentes: família, crime, justiça cível e tribunais de competência genérica. Colocou Carlos Cruz em liberdade condicional e trabalhou no processo *Monte Branco*. Fez parte do conselho geral da associação sindical dos juizes em 2006.

Hobbies Gosta de escrever poesia, mas também textos de opinião, e de passear na praia.
Apoios Agostinho Torres, o nome do seu vice-presidente, diz pouco à maioria das pessoas. Mas foi ele quem escreveu num acórdão a propósito de José Sócrates: “Quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vêm”.

- Programa eleitoral**
- Alargamento dos prazos processuais atribuídos aos juizes, adaptando-os à realidade
 - Lutar pela reposição da idade de jubilação aos 60 anos, numa altura em que passou para os 65
 - O poder judicial deve ter o seu próprio canal de comunicação, antecipando-se a notícias tendenciosas ou encomendadas
 - Contrariar a imagem dos juizes como uma classe de pequenos decisores despotas, desenraizados socialmente
 - Eleição dos juizes que presidem às comarcas judiciais, em vez de nomeação



Manuel Ramos Soares

Idade 54 anos
Percorso profissional Colocado no Tribunal da Relação do Porto, já exerceu funções em Ponte de Sor, Sesimbra, Santiago do Cacém, nas varas cíveis de Lisboa, em Setúbal e em Almada. Foi vogal do Conselho Superior da Magistratura entre 2001 e 2004 e secretário-geral da Associação Sindical de Juizes Portugueses entre 2006 e 2012

- Hobbies** Toca harmónica na banda de juizes Audiência Prévía e faz ciclismo
Apoios Um dos seus mandatários é o juiz Armando Leandro, conhecido por ter estado 12 anos à frente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
Programa eleitoral
- Integração dos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo no Conselho de Estado
 - Abrir um canal nas redes sociais e no YouTube para emissão de conteúdos audiovisuais produzidos pela associação de juizes
 - Participar à UE, ao Conselho da Europa e às organizações internacionais de juizes as violações das obrigações assumidas pelo Estado em matéria de independência judicial
 - Criar um provedor do Juiz, para receber queixas e sugestões